

## CONSTRUÇÕES CONCESSIVAS INTENSIVAS

Ivo da Costa do Rosário  
Universidade Federal Fluminense  
rosario.ivo2@gmail.com

### RESUMO:

Este artigo apresenta uma investigação científica acerca das construções concessivas intensivas na atual sincronia da língua portuguesa. Essas construções não são ainda devidamente registradas e analisadas pelas gramáticas do português mais utilizadas no Brasil, apesar de demonstrarem expressiva produtividade. A base teórica que sustenta este estudo é a Linguística Funcional Centrada no Uso. Os dados são coletados de discursos políticos proferidos por deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no ano de 2009. Os resultados atestam a emergência de construções especiais para novas funções comunicativas na língua.

**PALAVRAS-CHAVE:** gramática; construções; concessividade; intensidade

### ABSTRACT:

This article presents a scientific investigation about the intensive concessive constructions in the current Portuguese synchrony. These constructions are not yet properly recorded and analyzed by the most used Portuguese grammars in Brazil, despite its significant productivity. The theoretical basis that supports this study is the Functional Use-Centered Linguistics. The data are collected from political speeches uttered by members of the Legislative Assembly of Rio de Janeiro in 2009. The results show the emergence of special constructions for new communicative functions in language.

**KEYWORDS:** grammar; constructions; concessivity; intensity

## Introdução

A noção de concessividade apresenta-se como um assunto ainda muito latente, principalmente no bojo das pesquisas que lidam com as teorias discursivas. Aliás, para sermos mais precisos, de acordo com Salgado (2006, p. 1), “a concessão vem sendo estudada desde a Antiguidade”. Em consequência desse esforço, muitos trabalhos têm sido produzidos sobre esse assunto.

Por outro lado, suspeitamos que esse tema ainda careça de um estudo em profundidade em língua portuguesa, afinal esse é um processo argumentativo por excelência, utilizado por todos (cf. GOUVÊA, 2002, p. 10), especialmente em contextos de maior formalidade. Ademais, construções concessivas apresentam-se na língua de maneira bastante diversificada, com vários matizes distintos.

Assumimos a hipótese de que as construções concessivas, por serem pouco gramaticalizadas, ainda estão em processo de mudança e de estabilização no sistema linguístico. Essa instabilidade, por sua vez, faz com que as suas propriedades semântico-pragmáticas e funcionais ainda estejam se delineando na língua portuguesa.

Sem dúvida, a concessividade é uma noção complexa e exhibe propriedades bastante singulares. Assim, focalizamos o estudo da concessividade dentro do âmbito das relações sintáticas, pragmáticas, funcionais e discursivas, e não só no espectro semântico, como tem sido feito por grande parte dos autores de gramáticas do português.

Dentro desse grande universo da concessividade, apresentamos neste artigo algumas considerações acerca das chamadas *construções concessivas intensivas*, especialmente pelo fato de não receberem ainda um tratamento mais pormenorizado nas gramáticas da língua portuguesa. Para fins ilustrativos, vejamos uma ocorrência dessa construção:

(01) [**Por mais que eu canse** aqui, de defender a família– acho o fator mais importante em uma sociedade – e considere os quatro meses da licença-gestante um tempo razoável para que o ciclo da nova vida chegada ao lar tenha um bom início], certamente, sob a visão realista de um empregador, serão preteridas as mulheres em favor dos homens. – 31/03/2009

“*Por mais que eu canse...*” é uma instanciamento da construção concessiva intensiva, objeto de investigação deste artigo. Nessa ocorrência, constatamos o uso de uma estratégia de concessividade pouco abonada pelas obras de referência do português. Essa construção traz como especificidade maior a ideia

de intensidade amalgamada à de concessividade. Uma paráfrase aproximada do termo em destaque seria “*Embora eu me canse muito...*” ou “*Ainda que eu muito me canse...*”.

Na seção 1, discutiremos o que significa o termo *concessão*, a partir da contribuição de diversos autores. O objetivo é chegarmos a uma definição possível para o conceito. Na seção 2, faremos uma exposição um pouco mais geral sobre as construções concessivas justapostas. Na seção 3, apresentaremos os procedimentos metodológicos e a análise de dados propriamente dita, com especial foco para a questão da ordem – anteposição e posposição (subseção 3.1). Por fim, chegaremos às considerações finais, que antecederão as referências bibliográficas deste estudo.

## 1. O que é concessão?

Os estudiosos afirmam que *concessão* é um termo difícil de ser delimitado (cf. JIMÉNEZ, 1989, p. 107). A farta literatura linguística acerca desse tema, de fato, corrobora esse ponto de vista.

Luft (2000), Torres (1973), Almeida (2004) e Cunha e Cintra (2001) restringem-se a definir orações concessivas como aquelas que exprimem concessão ou possuem conjunção subordinativa concessiva. Essas definições são circulares e, portanto, não fornecem subsídios teóricos suficientes para a caracterização dessas construções.

Rocha Lima (1999), Bechara (1999), Kury (2003), Lima (1937), Freitas (1960) e Said Ali (1966) afinam-se substancialmente e traçam uma caracterização de viés pragmático-semântico, que define a concessão como um obstáculo ou fato, de caráter real ou suposto, que não impede ou modifica a declaração da chamada oração principal.

Ribeiro ([1890]), que representa uma linha mais antiga de estudos descritivos, no século XIX, diverge dos autores citados e associa o conceito de *concessão* ao de adversatividade. Segundo o autor, nas proposições concessivas, haveria a presença clara ou subentendida de uma declaração adversativa. Devemos asseverar que essa observação do autor é bastante pertinente, haja vista a forte ligação existente entre construções adversativas e construções concessivas.

Mateus et al. (2003) e Neves (2000), por fim, apresentam dados inovadores para a caracterização das construções concessivas. São propostas mais atualizadas do nosso idioma, representantes respectivamente da variedade lusitana e brasileira da língua portuguesa. Para Mateus et al. (2003), as construções concessivas são definidas tendo em vista o conhecimento de mundo dos falan-

tes. Para Neves (2000), concessivas e adversativas devem ser analisadas sob um mesmo bojo, o das relações contrastivas. Além disso, para o estudo das concessivas, é necessária a análise da relação falante-ouvinte e do processo comunicativo, o que nos qualifica a encontrar fortes semelhanças entre sua definição e a de Mateus et al. (2003), como já apontamos.

Diversos outros autores fortemente influentes em nossos estudos do vernáculo optaram por não definir as orações concessivas, como Henriques (2003, p. 123), Ribeiro (2004, p. 318) e Melo (1978, p. 151). Esses autores restringem-se a oferecer apenas alguns exemplos que ilustram o uso de conjunções concessivas mais prototípicas como *embora* e *ainda que*.

Assim, no âmbito da literatura linguística de língua portuguesa, podemos afirmar que há diferentes definições para *concessão*, e todas elas estão atreladas ao âmbito da chamada *oração subordinada adverbial concessiva*. Vale ressaltar, contudo, que, apesar de haver muitas divergências entre os autores, não há forte contradição entre eles. De certa forma, podemos asseverar que os teóricos buscam diferentes vieses para o mesmo tópico: alguns privilegiam aspectos sintáticos, outros preferem abordar aspectos semânticos e pragmáticos.

Neste artigo, consideramos uma construção concessiva como uma *estrutura contrastiva em que se combinam uma base e uma cláusula concessiva (ou sintagma concessivo), a qual expressa um fato real ou suposto que não impede ou modifica a realização do fato principal*. Assim, esse fato presente no segmento concessivo seria oposto à realização da informação da base, mas inoperante.

Trata-se, portanto, de uma ideia contrastiva em que há um jogo opositivo entre um argumento mais forte, prototipicamente veiculado pelo segmento base, e um argumento mais fraco, prototipicamente veiculado pelo segmento concessivo. Ressaltamos que essa definição não se aplica somente aos casos de subordinação adverbial, mas também a outros níveis da gramática.

## 2. Construções concessivas justapostas

Primeiramente, faz-se necessário definir o conceito de *construção* que estamos adotando neste artigo, visto que há uma grande polissemia que caracteriza o termo. Tomamos o termo *construção* em acepção similar a Goldberg (2003), Goldberg e Casenhiser (2010) e Schönefeld (2010), para quem *construções* são pareamentos de forma-significado, que funcionam como unidades básicas da língua, e que operam em diferentes níveis da gramática. Para sermos mais precisos, reportamos a definição de Goldberg (2003, p. 219) para o termo

*construção*: “Construções são pareamentos de forma e significado, incluindo morfemas, palavras, expressões idiomáticas, padrões parcialmente preenchidos e também totalmente preenchidos lexicalmente”.

Com base em Hopper e Traugott (1997, p. 172), consideramos a *justaposição* como um processo de articulação de cláusulas ou segmentos em que há uma relação inferencial entre núcleos distintos. Em outras palavras, nesse tipo de articulação sintática, não há propriamente um conectivo *stricto sensu*.

Diversos estudiosos abordaram a existência de concessivas justapostas, tanto em língua estrangeira (cf. HARRIS, 1985, p. 80; THOMPSON; LONGACRE, 1985, p. 174) quanto em língua portuguesa (DECAT, 2001, p. 130). Entre eles, podemos citar Ribeiro (2004, p. 319), para quem “certas expressões fixas (*venha de onde vier, haja o que houver, custe o que custar, diga o que quiserem, dê onde der...*) são, na realidade, adjuntos adverbiais de concessão, *não constituindo orações*.” Parece que essa asserção é, no mínimo, polêmica, visto que negar o estatuto oracional a tais expressões causa uma contradição sensível na teoria adotada pelo autor, visto que se há presença de verbo, inevitavelmente, para conferir coerência à sua descrição, deveríamos reconhecer a existência de estruturas oracionais.

Bechara (1954, p. 25) refere-se a “casos em que a concessão apenas se depreende pelo contexto sem que a circunstância seja expressa por conectivos”. Ele acrescenta que a entoação pode “desempenhar papel importantíssimo permitindo o emprego escasso da conjunção”. Thompson e Longacre (1985, p. 239), por sua vez, postulam que “a ausência de conjunção nas sentenças que empregam justaposição exige uma unidade mais forte – que é assinalada por meios fonológicos e lexicais”.

A análise de tais construções, como já vemos inicialmente, não é uníssona. Kury (2003, p. 83) opta por descrever essas construções segundo uma perspectiva de caráter mais sintático. Assim, o autor defende que “[...] o conjunto formado por uma oração no subjuntivo seguida de uma adjetiva no mesmo modo exprime objeção indefinida e é sentido como uma verdadeira [oração complexa] adverbial concessiva”.

Quirk et al. (1985, p. 1100) definem as concessivas justapostas como *condicionais-concessivas alternativas*. Nessas construções, segundo os autores estrangeiros, constatamos o amálgama de três matizes: concessão, condição e disjunção. Essa observação de Quirk et al. (1985) é fundamental para a descrição das concessivas intensivas, uma vez que sustenta a hipótese de amálgama de matizes semânticos. Com relação ao fenômeno analisado nesse artigo, teríamos o amálgama de concessividade com intensidade.

Com relação ao aspecto sintático, constatamos, no bojo das justapostas, uma notável ambiguidade estrutural, o que, nos termos de Traugott (2008a, p. 21), é pré-requisito para a reanálise e, portanto, para a gramaticalização. Essa ambiguidade estrutural resulta da cristalização de rotinas linguísticas que intentam resolver problemas interacionais na comunicação cotidiana. É nesse sentido que os cognitivistas e alguns funcionalistas consideram a gramática como um conhecimento procedimental, afinal, é na interação *on-line* que as soluções para a comunicação são encontradas (cf. THOMPSON; COUPER-KUHLER, 2005, p. 483-484).

Esse processo de reanálise, entendido como mudança na estrutura da expressão, especialmente na estrutura morfossintática, na verdade, segundo Traugott (2007, p. 3), só poderá ocorrer plenamente na medida em que a repetição do padrão levar à automatização da sequência de unidades. Isso fará também com que esses padrões provavelmente sofram algum tipo de compressão ou redução em sua forma. Em outras palavras, haverá perda crescente de autonomia dos itens para uma crescente cristalização.

A reanálise utiliza materiais já existentes na língua, reorganizando-os em novos padrões morfossintáticos, no eixo sintagmático ou linear do discurso. Trata-se também de um fenômeno psicológico, pois os falantes alteram sua percepção acerca da ordenação dos constituintes no eixo sintagmático por meio de processos inferenciais.

Segundo o nível de esquematicidade, de acordo com Traugott (2008a, p. 5-6; 2009, p. 94), Fried (2008, p. 4-5), entre outros autores, as construções podem ser consideradas como macroconstruções (grandes esquemas), mesoconstruções (grupos de microconstruções com comportamentos similares), microconstruções (construções individuais) e construtos (exemplos empiricamente testados de microconstruções).

A construção concessiva intensiva, que se analisa neste artigo, é considerada como parcialmente esquemática, no sentido de que pode ser alterada em determinados pontos. Não é nem totalmente aberta, como a relação sujeito e predicado, nem totalmente especificada, como provérbios populares e frases feitas que, via de regra, não aceitam alterações.

Trata-se de uma mesoconstrução que pode ser assim esquematizada:

**Por mais [N] que [N/pron] V<sub>subj.</sub>**

A notação estabelecida para caracterizar essa construção segue as seguintes convenções adotadas para este estudo:

- N – nome (normalmente, substantivo)
- Pron – pronome (normalmente, do caso reto)
- V<sub>subj.</sub> – verbo no modo subjuntivo
- [ ] – indica que o termo é opcional
- [/] – indica que o termo é opcional e pode apresentar variação

Cada mesoconstrução constitui uma *família de construções* (cf. GOLDBERG; JACKENDOFF, 2004, p. 532), em que se constata variação semântica e sintática, o que terá diferentes efeitos, entre eles, a taxa de produtividade. Essa perspectiva coaduna-se perfeitamente com a teoria dos protótipos, que não considera as categorias linguísticas como estanques ou totalmente autônomas.

Na perspectiva de Goldberg (2003, p. 3), essa família de construções é denominada como uma teia interconectada, para expressar com mais clareza que as relações estabelecidas entre as construções se dão sempre de forma inter-relacionada.

O princípio da iconicidade, em sua versão abrandada, postula uma relação não isomórfica, mas motivada entre forma e função. Segundo o subprincípio da quantidade, “quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma” (cf. FURTADO DA CUNHA, 1999, p. 26-27). Nos padrões mesoconstrucionais concessivos, atua com grande vigor esse princípio, visto que a diferença entre um conectivo concessivo simples e uma justaposição concessiva está justamente na maior carga de informação desta última que tende a amalgamar a noção de concessividade com outras noções semânticas.

A relevância e a quantidade de informações veiculadas por essas construções fazem com que, pelo menos em estágios iniciais de gramaticalização, elas sejam mais “pesadas” ou maiores do ponto de vista formal. Afinal, estamos tratando de construções com grande quantidade de carga informacional.

Segundo Givón (1990, p. 969), a base cognitiva do princípio da quantidade está na atenção e esforço mental demandados para o processamento de construções complexas. Certamente há uma permanente tensão entre ser muito informativo e ser muito econômico. São duas forças antagônicas em permanente busca de equilíbrio na língua, ou seja, é o “combate” entre tradição e inovação. Contudo, o desejo do falante de ser mais expressivo e específico faz com que a codificação gramatical incorpore outros elementos e crie novos arranjos que se manifestam no nível do discurso.

Como vemos, as concessivas justapostas são construções especiais na língua. Apresentam configuração morfossintática distinta e, em consequência disso, também cumprem funções comunicativas distintas no discurso. Na pró-

xima seção, teremos a oportunidade de investigar essas construções em maior profundidade, a partir de dados reais de uso.

### 3. Procedimentos metodológicos e análise de dados

Nesta seção, analisaremos alguns dados extraídos do *site* eletrônico <http://www.alerj.rj.gov.br>, mais especificamente do ícone *Discursos e Votações*, que apresenta os discursos políticos dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, desde 2007 aos dias atuais.

Para esse artigo, foram selecionados 1275 discursos de diferentes extensões, de 02 de fevereiro de 2009 a 29 de outubro do mesmo ano. A amostra recortada para a análise representa, assim, um conjunto de textos de base sincrônica, que espelha os usos contemporâneos da língua portuguesa, no interior do gênero textual selecionado.

O padrão mesoconstrucional *Por mais [N] que [N/pron] V<sub>subj</sub>* foi encontrado em 19 ocorrências do *corpus*, tendo sido o padrão mesoconstrucional justaposto mais recorrente. Em todos os casos, representa a ideia de uma posição escalar extrema, ou seja, veicula a ideia de uma intensificação. Vejamos alguns dados:

(01<sup>7</sup>) [**Por mais que eu canse** aqui, de defender a família– acho o fator mais importante em uma sociedade – e considere os quatro meses da licença-gestante um tempo razoável para que o ciclo da nova vida chegada ao lar tenha um bom início], certamente, sob a visão realista de um empregador, serão preteridas as mulheres em favor dos homens. – 31/03/2009

(02) Eu tenho certeza de que a opinião pública vai ser contra essa homenagem, [**por mais que** partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento], [**por mais que** alguns parlamentares defendam esse tipo de movimento]. Tenho certeza de que a maioria do Plenário não defende e vota contra essa homenagem. – 18/03/2009

(03) Municípios como Itaperuna, Cardoso Moreira e Italva ficaram isolados. [**Por mais que** existisse estrutura], não havia como socorrer as pessoas, porque o acesso era somente por via aérea, somente por meio de helicópteros. – 05/02/2009

(04) Começamos o ano letivo, deputados, acho que melhor do que os anteriores, [**por mais** críticas **que** venho fazendo desta tribuna], sempre construtivas, alertando a Casa de que a educação pública tem que descer do palanque de todos nós. – 04/02/2009

A presença do item adverbial *mais* caracteriza esse padrão mesoconstrucional. Essa partícula contribui fortemente para o sentido escalar extremo que se observa nessa construção. No exemplo (01'), o orador fala: “Por mais que eu canse aqui, de defender a família... e considere os quatro meses da licença-gestante um tempo razoável... serão preteridas as mulheres em favor dos homens”. Esse discurso foi proferido em meio a uma grande discussão quanto à extensão do tempo de licença para gestantes ou não.

Houve debates acalorados, dentre os quais foi produzido esse discurso. O fato de o deputado “cansar-se de defender a família” marca o extremo de sua atuação, ou seja, muitas ações foram tomadas para defender seu ponto de vista, mas o “cansar-se de defender a família” é certamente o ponto extremo. É nesse sentido que esses segmentos concessivos indicam sentido escalar extremo.

No exemplo (02), também constatamos uma construção concessiva pertencente ao padrão mesoconstrucional *Por mais [N] que [N/pron] V<sub>subj</sub>*. Nesse dado específico, a expressão “por mais que...” é utilizada duas vezes, com sentido certamente persuasivo, contundente, enfático. Aliás, a repetição dessa expressão foi uma estratégia constatada em 5 das 19 ocorrências desse padrão. A natureza do discurso político, além da própria constituição linguística dos elementos que constituem esse padrão, contribui para que isso ocorra com certa regularidade. Nesse dado específico, o orador contrapõe a opinião pública à posição política dos partidos de esquerda e à de alguns outros parlamentares. O choque de ideias, a contraposição ou contraste é flagrante, em um discurso eivado de extremos e ênfases. O contraste atrelado à intensidade são justamente os ingredientes fundamentais para a emergência de construções concessivas intensivas.

O exemplo (03) traz o verbo *existir* no pretérito imperfeito do subjuntivo. Trata-se da única ocorrência de verbo fora do subsistema do presente em todas as 19 ocorrências desse padrão mesoconstrucional. O discurso político tem apelo maior para fatos do cotidiano, o que certamente explica a pouca frequência de verbos nos subsistemas do pretérito e do futuro. Aliás, no contexto discursivo, esse verbo foi utilizado no passado como estratégia para criação de uma estrutura de fundo para o discurso político do deputado orador, cujas propostas de atuação ocupam lugar de figura, ou seja, de maior proeminência discursiva.

O exemplo (04), por fim, marca uma variação do padrão mesoconstrucional, visto que é a única ocorrência que preenche o primeiro [N] do esquema. Provavelmente é uma estrutura mais rara do ponto de vista discursivo, também porque o argumento do verbo da construção (*venho fazendo*) está deslocado à esquerda, ocupando justamente o lugar desse [N]. Outro fator de variação é o uso do presente do indicativo pelo presente do subjuntivo (*venho fazendo*, em vez de *venha fazendo*) que é mais assertivo e característico dos textos com maior carga de subjetividade.

Acrescentamos que o uso do presente do indicativo aponta para uma flagrante plasticidade da construção. Como já é previsto na Linguística Funcional Centrada no Uso, as construções apresentam frequentes extensões de uso, que as levam para além de seu padrão mais prototípico de ocorrência que, no caso, é instanciado pelo uso do subjuntivo.

Ainda com relação à carga informacional dessas construções, cabe lembrar que, para Neves (2006, p. 260), elas são chamadas de *condicionais-concessivas*. Para Quirk et al. (1985, p. 1100), são denominadas *condicionais-concessivas universais*. De fato, quando lemos, por exemplo, “por mais que partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento”, ao mesmo tempo em que estamos veiculando uma noção de concessividade, baseada no contraste ou na contra-expectativa, estamos também expressando condicionalidade, em sentido semelhante ao mais prototípico *mesmo se*, que também carrega a ideia de hipótese. A diferença básica seria que a expressão “por mais que...” traz justamente o caráter de excepcionalidade ou escalaridade extrema.

Uma análise mais apurada desse padrão mesoconstrucional revela que o segmento concessivo expressa uma “falsa causa” para o que está descrito no segmento nuclear. Assim, tomando-se o exemplo (03) para ilustrar nossa asserção, verificamos que o fato de haver estrutura para atendimento à população deveria ser uma causa eficiente para o socorro às pessoas afetadas pelas chuvas. Por outro lado, isso não se dá porque o arranjo sintático, construído de acordo com as necessidades comunicativas do falante, faz com que essa pretensa causa eficiente torne-se, na verdade, uma “falsa causa”, visto que é inoperante. Esse caráter generalizador da mesoconstrução reforça ainda mais a relação de contraposição existente entre as informações (haver estrutura para atendimento à população *versus* socorro às pessoas afetadas pelas chuvas).

O rótulo “universal” dado por Quirk et al. (1985, p. 1100) está em contraposição ao rótulo “alternativa”. Essas construções são universais no sentido de não estabelecerem opções, escolhas ou possibilidades. Como dissemos, são

generalizantes e levam a informação veiculada pelo falante a um nível máximo de escalaridade.

Tomando as perquirições de Hopper (1991) como base, quanto à ideia de gramática emergente, reiteramos que o uso de padrões mesoconstrucionais a serviço da expressão da concessividade justifica-se pela necessidade premente de se codificar a atitude do falante em uma forma gramatical nova, ou seja, mais expressiva e informativa. Afinal, ao se utilizar uma expressão do tipo “*Por mais que...*”, não se quer simplesmente veicular a ideia de concessividade ou de intensidade, mas ambas.

### 3.1 Ordem das concessivas intensivas

A posição dos elementos na sintaxe também é um ponto importante nas investigações de língua em uso. Com relação ao padrão mesoconstrucional *Por mais [N] que [N/pron] V<sub>subj</sub>*, detectamos 15 casos de anteposição e 4 casos de posposição. O número maior de anteposições reflete a mesma tendência de uso dos conectivos (Cf. ROSÁRIO, 2012). Afinal, em ambas as situações, a anteposição revela-se como a estratégia mais recorrente, seguida da posposição. A intercalação, que também é uma posição possível nos usos concessivos, não se confirmou com esse padrão mesoconstrucional.

A anteposição é uma forma de o locutor já “prevenir-se” contra as fortes objeções do interlocutor. Em outros termos, a anteposição tem a função precípua de poupar a face do outro (cf. MARGARIDO, 2010, p. 109). Trata-se, portanto, de uma espécie de proteção defensiva, que está justamente no cerne da concessividade.

Na anteposição, traz-se para o discurso outro ponto de vista que não o da audiência, “com o objetivo de antecipar-se a uma possível contra-argumentação” (GOUVÊA, 2002, p. 37). Com isso, intenta-se, muitas vezes, desestabilizar o interlocutor, desprestigiando seus argumentos, antes que ele argumente.

De uma forma geral, as concessivas antepostas preparam o ouvinte/leitor para a informação que as sucede. Funcionam, dessa forma, como uma espécie de guia ou fio condutor pelo qual a argumentação será empregada, com a função de preparar caminho para a informação mais central que virá em seguida. Vejamos a ocorrência (05), por exemplo:

(05) O que nós não podemos deixar é o afronto à democracia, é a falta de respeito com a imprensa, a imprensa que cumpre um papel importantíssimo no nosso País, aliás, deve-se à imprensa muita coisa neste País, **[por mais que]**, uma vez ou outra, injustiças possam

acontecer], mas de uma forma global o papel da imprensa é sempre importante. – 12/03/2009

Na ocorrência acima, a construção concessiva intensiva está anteposta e veicula uma informação de caráter mais secundário em termos de importância (“injustiças possam acontecer”). O argumento mais forte (“o papel da imprensa é sempre importante”) é resguardado em um primeiro momento, para ser enunciado pelo orador no final do seu discurso. A ideia de que “injustiças possam acontecer” compõe o pretense argumento dos que defendem posição contrária à do orador naquele momento do discurso. Fica claro, portanto, que a ordem não é uma questão gratuita ou de menor importância. Ao contrário, é um dos elementos mais prementes na arquitetura do discurso.

Sublinhamos o fato de a concessiva anteposta normalmente denotar uma informação velha, como é o caso de (05). Essa declaração realça que o fato denotado já é do conhecimento de todos, ou seja, é informação dada.

Agora, analisemos a posposição. Segundo Neves (2000, p. 878), a ordem das construções concessivas obedece a propósitos comunicativos diversos. Os casos de posposição “têm muito de um adendo, porção do enunciado em que o falante volta ao que acaba de dizer, pesando *a posteriori* objeções à sua proposição”. (NEVES, 2000, p. 879).

De uma forma geral, as concessivas pospostas ativam um mecanismo de *focalização*. Via de regra, um elemento é eleito como mais importante ou saliente e é retomado ou focalizado na concessiva posposta. Verificamos, portanto, o caráter não-tópico dessas construções, que completam o argumento antes proferido, concluindo-o de fato. Vejamos a ocorrência seguinte:

(02’) Eu tenho certeza de que a opinião pública vai ser contra essa homenagem, [**por mais que** partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento], [**por mais que** alguns parlamentares defendam esse tipo de movimento]. Tenho certeza de que a maioria do Plenário não defende e vota contra essa homenagem. – 18/03/2009

Na ocorrência (02’), a construção justaposta concessiva (“por mais que partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento”) e sua replicação (“por mais que alguns parlamentares defendam esse tipo de movimento”) funcionam como adendos, focalizando os partidos de esquerda e os parlamentares. O elemento eleito como mais saliente é a homenagem contra a qual o orador discursa. A posposição, nesse caso, atuou a serviço desse especial arranjo discursivo.

Para finalizar essa seção, é importante abordarmos outro tópico bastante relevante, ou seja, se haveria a possibilidade de alterarmos a ordem das concessivas sem prejuízo de sentido. Para responder a essa questão, García (2004a, p. 3817) utiliza o conceito de *simetria*, que pode ser definido como a possibilidade de alterar a ordem dos membros de uma construção sem que isso aponte perda de aceitabilidade ou mudança de sentido/interpretação.

Izutsu (2008, p. 664) também abordou essa questão e comprovou teórica e empiricamente que a ordem *embora p, q* nem sempre pode ser equivalente a *q, embora p*. Vejamos:

Muitos linguistas têm considerado que as construções *embora p, q* e *q, embora p* são apenas variantes formais de uma mesma estrutura subjacente, analisando a primeira construção como sendo derivada da última. [...] Eles assumem que as duas construções são semanticamente idênticas, e podem ser analisadas com uma única descrição semântica. [...] König (1988, p. 148), por exemplo, argumenta que qualquer relação que se estabeleça com o termo ‘concessivo’ pode ser descrita em termos da assunção ‘se p, então normalmente não q’.

Contudo, Izutsu (2008, p. 664) assevera que o fenômeno da simetria nem sempre se aplica aos dados da língua, já que essa pretensa equivalência não costuma efetivar-se. Assim, corroboramos a posição de Decat (2001) e defendemos que a ordem está sujeita a questões de natureza pragmática.

Segundo nossa análise, em certo sentido, pode ser possível uma alteração na ordem das concessivas, visto que geralmente essa alteração gera sequências perfeitamente gramaticais em língua portuguesa. Por outro lado, concordamos com Goldberg (2003), no sentido de que tais transformações, apesar de possíveis sintaticamente, alteram, mesmo que minimamente, a força expressiva dos enunciados. Afinal, alguma razão de ordem cognitiva, funcional e/ou discursiva faz com que o falante opte por uma determinada ordem, e não por outra no momento da produção linguística. Vejamos a ocorrência (06) abaixo:

(06) Costumo dizer, jovem Deputado Fabio Silva, que exercer a democracia é escolher os governantes através do voto. Esta é a arma com a qual o eleitor, [**por mais humilde que seja,**] pode, em um dia, ter o mesmo valor que um milionário; é quando o soldado pode ter o mesmo valor que o coronel. – 12/05/2009

No trecho acima, que é parte do discurso do orador, há uma exposição sobre o valor do voto. Como sabemos, por vias culturais, esse é um dos temas mais caros aos políticos, visto que a eleição desses parlamentares é por meio de eleições diretas. Ao discursar, o deputado estadual traçou uma linha imaginária marcada por dois polos: à esquerda, estariam o mais humilde de todos os eleitores e o soldado; à direita, estariam o milionário e o coronel.

Ao focalizar o eleitor “mais humilde” em um primeiro plano, certamente o orador está sobrelevando uma grande massa de eleitores que se identifica com esse perfil, e não com o dos milionários e coronéis. Assim, um discurso que dispusesse o “milionário” e o “coronel” em um primeiro plano seria bem menos enfático ou carregaria um efeito diferente, se comparado com o que foi efetivamente produzido. Enfim, a ordem, de fato, confere ao discurso inegáveis implicações de ordem pragmática.

Em síntese, quando antepostas, as concessivas geralmente possuem função tópica; quando pospostas, assumem mais a função de adendo. A alteração na ordem faria com que essa força argumentativa fosse muito atenuada e até mesmo anulada.

## Considerações finais

A justaposição concessiva, ilustrada pelas concessivas intensivas analisadas neste artigo, somada às concessivas perfiladas por conectivos comprovam a existência de um relativo grau de *variabilidade sintagmática* (cf. LEHMANN, 1988) no campo da concessividade. De fato, essas ocorrências apontam para um grau considerável de abertura da construção (cf. TROUSDALE, 2008a; 2008b).

Croft (2007b) defende a hipótese forte de que “a propagação de variantes reflete a dinâmica da mudança social”. Assim, a mudança linguística ocorre após processos diversificados de variação, para dar conta de novas necessidades comunicativas oriundas da dinâmica social. Essa é uma das motivações para o surgimento de novas construções na língua, como é o caso de *Por mais [N] que [N/pron] V<sub>subj</sub>*

De acordo com Traugott (2008a, p. 3), somente os fatores sintáticos e semânticos não seriam suficientes para explicar a mudança linguística. Ocorre, em grande escala, uma exploração, por parte dos falantes, de implicaturas conversacionais, que convidam o leitor/ouvinte a inferir significados diversos.

O surgimento de novas estratégias para a concessividade, assim como ocorre em outros campos da gramática, também pode ser explicado pelos cha-

madros processos de subjetivização e intersubjetivização, que estão a serviço de uma maior expressividade para o discurso. A tensão naturalmente existente entre necessidades comunicativas aparentemente opostas leva os falantes à intenção de serem cada vez mais específicos por meio da codificação gramatical. Esse processo, que não possui poucos pontos em comum com a hipótese da gramática emergente, conduz a um verdadeiro reforço de informatividade (cf. CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 169), baseado em um processo metonímico de caráter inferencial.

Em se tratando de discursos políticos, a força da subjetivização atua ainda em maior medida, visto que há um forte apelo por graus cada vez maiores de expressividade. Essa necessidade discursiva pode funcionar como um verdadeiro motor para o aparecimento de novas construções, como a que exploramos neste artigo.

A subjetivização tem como base negociações em um chão comum (*common ground*), é de natureza profundamente dialógica, contestativa e refutativa. Como vemos, há forte identidade entre os conceitos de subjetividade e concessividade. Para Traugott (no prelo, p. 6), a concessividade é uma das expressões linguísticas da língua que naturalmente sempre veiculam algum grau de dialogicidade e, portanto, de subjetividade.

Por outro lado, para sermos mais precisos, em se tratando da relação entre concessividade e expressividade, é mais acertado falarmos em intersubjetivização, que é justamente a utilização de recursos linguísticos para atuação sobre o interlocutor, com vistas à sua adesão ou anuência. Nesse caso, desloca-se o foco apenas do locutor para ambos os interlocutores no discurso (cf. OLIVEIRA, 2010, p. 33).

Com base nessas asserções, chegamos à conclusão de que as concessivas intensivas são mesoconstruções justapostas de forte caráter intersubjetivo, que amalgamam as ideias de concessividade e intensidade. Surgem na língua com o objetivo de expressar novos matizes semânticos em um enquadramento pragmático peculiar. Trata-se de construções ainda não totalmente cristalizadas, com relativo grau de abertura. Por fim, acrescentamos que a construção *Por mais [N] que [N/pron] V<sub>subj</sub>* está fora do esquema *stricto sensu* da concessividade (formado por conectivos concessivos consagrados no cânone gramatical), e é utilizada normalmente de forma anteposta.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BECHARA, Evanildo. *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português*. Tese de Cátedra. Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1954.
- \_\_\_\_\_. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Gramática escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- CROFT, William. *Language structure in its human context: new directions for the language sciences in the twenty-first century*. Cambridge Encyclopedia of the Language Sciences, ed. Patrick Hogan. Cambridge: Cambridge University Press. Final Draft, September 2007.
- \_\_\_\_\_. *Toward a social cognitive linguistics*. *New directions in cognitive linguistics*, ed. Vyvyan Evans and Stéphanie Pourcel, 395-420. Amsterdam: John Benjamins, 2009.
- CUENCA, Maria Josep; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel Lingüística S.A., 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DECAT, Maria Beatriz N. *Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- FREITAS, Gaspar de. *Gramática Portuguesa*. Francisco Alves, 1960.
- FRIED, Mirjan. *Constructions and constructs: mapping a shift between predication and attribution*. Princeton University. In: BERGS, A.; DIEWALD, G. (Eds.) *Constructions and language change*, 47-79. Mouton de Gruyter, 2008.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. *A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe*. DELTA, volume 15, n.1 São Paulo Fev/Julho 1999.
- GARCÍA, Ángel López. *Relaciones paratáticas e hipotáticas*. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 2004a.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional typological introduction*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Constructions: a new theoretical approach to language*. *Trends in Cognitive Sciences*, 7(5), 219-224. 2003

- \_\_\_\_\_ ; CASENHISER, Devin. *English Constructions*. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~adele/English%20Constructions.rtf>>. Acesso em maio/2010
- \_\_\_\_\_ ; JACKENDOFF, Ray. *The English resultative as a family of constructions*. *Language* 80. (2004): 532-567.
- GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. *Perspectivas argumentativas pela concessão em sentenças judiciais*. 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- HARRIS, Martin. Concessive clauses in English and Romance. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe Portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2003.
- HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. vol. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- \_\_\_\_\_ ; TRAUGOTT, Elisabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- IZUTSU, Mitsuko Narita. Contrast, concessive, and corrective: Toward a comprehensive study of opposition relations. *Journal of Pragmatics*, n. 40, p. 646-675, 2008.
- JIMÉNEZ, Antonio Narbona. *Las subordinadas adverbiales impropias en español: bases para su estudio*. Málaga: Librería Ágora S.A., 1989.
- KÖNIG, Ekkehard; AUWERA, Johan van der. Clause integration in German and Dutch conditionals, concessive conditionals, and concessives. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2003.
- LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.
- LIMA, Mário Pereira de Souza. *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa para uso das escolas secundárias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.

- MARGARIDO, Renata. *Construções (coordenadas) adversativas e construções (subordinadas) adverbiais concessivas em português: pontos de contato e de contraste na língua em função*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN; THOMPSON (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.
- MELO, Gladstone Chaves de Melo. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios. Categorias cognitivas em debate: a trajetória dos pronomes locativos no português. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia (Org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010.
- QUIRK, Randolph et al. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. [S.l.]: Longman, 1985.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. Salvador: Progresso, [1890].
- RIBEIRO, Manoel P. *Nova Gramática da Língua Portuguesa: uma comunicação interativa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2004.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Expressão da concessividade em construções do português do Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SAID ALI, Manoel. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- SALGADO, Érica. Alguns aspectos da concessão com *se bem que*. *Revista Letra Magna*, vol. 4. 1º sem. 2006.
- SCHÖNEFELD, Doris. *Constructions*. Disponível em: [http://www.constructions-online.de/articles/specvo11/667/Schoenefeld\\_Constructions.pdf](http://www.constructions-online.de/articles/specvo11/667/Schoenefeld_Constructions.pdf). Acesso em maio/2010

THOMPSON, Sandra A.; COUPER-KUHLEN, Elizabeth. *The clause as a locus of grammar and interaction*. Discourse Studies. 2005, vol 7(4-5):481-505. Disponível em: <http://dis.sagepub.com>.

\_\_\_\_\_; LONGACRE, Robert E. Adverbial clauses. In: SHOPEN, Timothy (Ed.). *Language typology and syntactic description: complex constructions*. v. II. Cambridge: Cambridge University, 1985.

TORRES, Almeida. *Moderna Gramática Expositiva*. Fundo de Cultura, 1973.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Constructionalization, grammaticalization and lexicalization again*. Some issues in frequency. Course on Gzn and C x G. Dec 18th 2007.

\_\_\_\_\_. 'All he endeavoured to prove was...': constructional emergence from the perspective of grammaticalization. 2008a. (Texto digitado).

\_\_\_\_\_. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: Regine Eckardt, Gerhardt Jäger, and Tonjes Veenstra (eds.). *Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008b, p. 219-250.

\_\_\_\_\_. Revisiting Subjectification and Intersubjectification. Forthcoming in Hubert Cuyckens, Kristin Davidse and Lieven Vandelanotte, eds., *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. (Topics in English Linguistics.) Berlin and New York: Mouton de Gruyter. (no prelo)

TROUSDALE, Graeme. *Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a composite predicate construction in English*. 2008a.

\_\_\_\_\_. Words and constructions in grammaticalization: The end of the English impersonal construction. In: FITZMAURICE, Susan M.; MINKOVA, Donka (Eds.). *Studies in the History of the English Language IV*. Berlin, New York (Mouton de Gruyter), 2008b.

Recebido em 30 de junho de 2014.

Aceito em 24 de agosto de 2014.